

Conteúdo v.2.0

PARTE II (Anulado) - Versão C	2
Questão 26	2
Questão 27	2
Questão 28	3
Questão 29	3
Questão 30	3
Questão 31	4
Questão 32	5
Questão 33	6
Questão 34:	7
Questão 35	8
Questão 36	9
Questão 37	9
Questão 38	10
Questão 39	11
Questão 40	12
Questão 41	13
Questão 42	14
Questão 43	15
Questão 44	16
Questão 45	17
Questão 46	18
Questão 47	18
Questão 48	18
Questão 49	19
Questão 50	19

PARTE II (Anulado) - Versão C

Questão 26: Quando, no caso de uma venda em que é concedido ao cliente um prazo de pagamento de 60 dias, este a paga após 30 dias, beneficiando de um desconto pela antecipação do pagamento não previsto na factura:

- a) O IVA liquidado na factura pode ser objecto de regularização.
- b) O IVA liquidado na factura só pode ser objecto de regularização se o cliente o exigir.
- c) O desconto concedido não tem reflexo em termos de IVA.
- d) O IVA liquidado na factura deve ser objecto de regularização.

Qt	Resposta				Tipo: FISC (IVA → 2.1 → Características Gerais do IVA)
	A	B	C	D	Observações
26	X				Art.78º n.º2 CIVA
<i>Basicamente para respondermos correctamente, basta lembrar-mos que existem operações isentas, então o IVA é objecto de regularização nas operações de venda sujeitas a IVA e não isentas (se existir isenção numa determinada operação, como vendas fora de Portugal, o IVA não será objecto de regularização).</i>					

Questão 27: Nas fusões e cisões de sociedades que possuam bens imóveis:

- a) A tributação em IMT depende da modalidade adoptada para a fusão e cisão.
- b) Só há lugar a tributação em imposto de selo, pois considera-se que as transmissões de imóveis são feitas a título gratuito.
- c) Não há lugar a tributação em IMT.
- d) Há lugar a tributação em IMT em relação a todos os prédios de que sejam proprietárias as sociedades fundidas ou cindidas.

Qt	Resposta				Tipo: FISC (IMT → 3.1.1 → Regras de Incidência)
	A	B	C	D	Observações
27	X				Art.2º n.º5 al. e) e g) do CIMT (+ Art.97ª n.º4 CSC)
<i>Creio que o único problema não seria identificar o artigo correcto no IMT e sim interpretar correctamente o que está escrito e ter em mãos o Art.97º n.º4 do CSC.</i>					
<i>Poderia existir duvidas de escolha entre a resposta a) ou d), no entanto a resposta d) refere "...a todos os prédios de que sejam proprietárias", e ao vermos o artigo do CSC, reparamos que de facto existem modalidades diferentes (que vai de encontro com a resposta a)). Numa fusão por exemplo, uma ou mais empresas podem transferir o seu património global para a sociedade X (é uma modalidade), não faz com que a sociedade X tenha de sofrer tributação de todos os prédios que tem em posse, apenas os que lhe foram transmitidos devido a fusão, pois os que já tinha em sua posse e direito de propriedade não ficam sujeitos a nova tributação de IMT, o que faz com que a resposta d) esteja incorrecta. Então a) é a resposta correcta.</i>					

Questão 28: Para efeitos fiscais, é aplicável o método das quotas decrescentes a:

- a) Equipamentos fabris adquiridos em regime de locação financeira.
- b) Marcas e patentes.
- c) Edifícios qualificáveis como activos fixos tangíveis.
- d) Edifícios qualificáveis como propriedades de investimento.

Qt	Resposta				Tipo: FISC (IRC → 5.6 → Amortizações e Depreciações)
	A	B	C	D	Observações
28	X				Artigo 4º nº2 DR 25/2009
<i>b) é falsa porque trata-se de activos fixos intangíveis. Edifícios (c e d) não contam.</i>					

Questão 29: A atribuição de gratificações aos trabalhadores, não integrados em 6rgaos sociais, na assembleia-geral de aprovação de contas de 2011, realizada em Março de 2012, e contabilizada como gasto em 2011, e aceite para efeitos fiscais:

- a) Em 2012.
- b) Em 2012, desde que as gratificações sejam pagas ou colocadas a disposição dos trabalhadores ate ao fim de 2012.
- c) Em 2011.
- d) Em 2011, desde que as gratificações sejam pagas ou colocadas a disposição dos trabalhadores ate ao fim de 2012.

Qt	Resposta				Tipo: FISC (IRC → 5.10 → Encargos não dedutíveis)
	A	B	C	D	Observações
29				X	Art.º45º n.º 1 al. m) do CIRC

Questão 30: Suponha que, durante o exercício económico de 2012, a Sociedade Jota, Lda. suportou os seguintes encargos:

Descrição	Valores em €
Combustíveis de viaturas ligeiras de passageiros (1)	5.000
Despesas de representação	30.000
Depreciações praticas de viaturas ligeiras de passageiros (1)	70.000
Depreciações aceites de viaturas ligeiras de passageiros (1)	35.000
Despesas indevidamente documentadas	15.000
Despesas não documentadas	2.000
Ajudas de custo indevidamente documentadas não tributadas em IRS na esfera dos beneficiários	8.000

(1) Quatro viaturas, cada uma com um valor de aquisição de 80.000€

Sabendo que, em 2012, o resultado tributável foi positivo, qual o montante da tributação autónoma relativa ao exercício de 2012?

- a) €19.400-
- b) €11.500
- c) €19.000
- d) €11.900

Qt	Resposta				Tipo: FISC (IRC → 5.24 → Tributações Autónomas)
	A	B	C	D	Observações
30			X		Art.88º do CIRC
<i>Como o resultado tributável foi positivo, podemos aplicar as taxas do correspondente artigo indicado acima. Isto porque se o resultado fosse negativo, teríamos de por + 10% a cada uma das taxas aplicados abaixo [88º nº14 CIRC].</i> <i>Primeiro vamos tratar da viatura de ligeira de passageiros. Existem 3 valores, mas apenas os combustíveis e as depreciações práticas é que contam, já que as depreciações aceites não se mexe (estavam dentro dos limites legais). Então será 20% (porque cada viatura tem um valor de aquisição de 80.000, logo ultrapassa o limite de 30.000 → Portaria 467-2010):</i> <i>20% x 5.000 + 70.000 = 15.000€</i> <i>Depois as despesas de representação → 10% x 30.000 = 3.000€.</i> <i>Despesas não documentadas – 50% x 2.000 = 1.000€.</i> <i>Juntando tudo (15.000+ 3.000.1.000) = 19.000€. Logo a c) é a resposta correcta.</i> <i>Despesas indevidamente documentadas não são aceites como custo fiscal e não são sujeitas a tributação autónoma (art.45º nº1 g) CIRC) e o mesmo para as Ajudas de Custo indevidamente documentadas (art.45º nº1 f) e Art.88º nº9 CIRC). Se as ajudas de custo fossem aceites como custo fiscal, seriam tributadas autonomamente.</i>					

Questão 31: Há lugar a dedução a colecta de IRC, por dupla tributação internacional, se:

- Uma sociedade com sede ou direcção efectiva em território português obtiver rendimentos em outro país da União Europeia.
- Uma sociedade com sede ou direcção efectiva em território português obtiver rendimentos em país com o qual Portugal tenha celebrado acordo para evitar a dupla tributação.
- Uma sociedade estrangeira obtiver rendimentos em território português.
- Uma sociedade com sede ou direcção efectiva em território português obtiver rendimentos em qualquer outro território.

Qt	Resposta				Tipo: FISC (IRC → 5.13 → Dupla Tributação Económica)
	A	B	C	D	Observações
31				X	Art.91º n.º 1 CIRC
A resposta d) é a mais completa relativamente a qualquer outra.					

Questão 32: Na declaração modelo 22 do IRC, a derrama é calculada:

- a) com base no lucro tributável.
- b) com base no resultado líquido do exercício.
- c) com base na matéria colectável.
- d) com base na colecta do IRC.

Qt	Resposta				Tipo: FISC (IRC→5.26→ Preenchimento da declaração Mod.22)
	A	B	C	D	
					Observações
32	X				Art.87º-A n.º 1 CIRC

Questão 33: A empresa SOFRIGE, SA fabrica e vende frigoríficos marca XYZ tendo uma fábrica instalada em Alverca com capacidade instalada para produzir 7.500 unidades/período.

No período N deram entrada em armazém de produtos acabados 6 000 unidades produzidas e a contabilidade analítica recolheu as seguintes informações referentes aos custos/gastos de produção

- ✓ Matérias e materiais directos - €391.200;
- ✓ Gastos conversão variáveis - €289.760;
- ✓ Gastos de conversão fixos - €348.800.

A empresa segue a NCRF 18 na contabilidade, mensurando as saídas de armazém ao custo médio ponderado e imputando os gastos de conversão de natureza fixa com base na actividade utilizada das instalações. Não há imparidades nos inventários.

No início do período havia em armazém 1.500 unidades de XYZ mensurados pelo montante de €225.000. No final período havia em armazém mais 250 unidades que no início do período.

O custo das vendas da demonstração de resultados par funções do período soma:

- a) €928.000.
- b) €918.500.
- c) €920.000.
- d) €908.500.

Qt	Resposta				Tipo: CA (6 → Sistema de Custeios: Custeio Racional)
	A	B	C	D	Observações
33				X	“havia em armazém <u>mais</u> 250”, então $1.500 + 250 = 1.750$ (EFPA).
% coef. Imputação = $6.000/7.500 = 80\%$ $EIPA + CIPA = CIPV + EFPA \Leftrightarrow CIPV = EIPA + CIPA - EFPA$ $1.500 + 6.000 - 1750 = 5.750$ Unidades $EIPA = 225.000\text{€}/1.500u = 150\text{€/u}$ $CIPA = 391.200\text{€} + 289.760 + (348.800 \times 0,8) = 960.000\text{€}$ $CMP = 225.000\text{€} + 960.000\text{€} = 1.185.000\text{€}$ $CMP = 1.500u + 6.000u = 7.500$ unidades Valor unitário = $1185000/7500 = 158,00\text{€}$ $CIPV = 5.750u \times 158\text{€} = 908.500\text{€}$					

Questão 34: A empresa CERAMEX, SA, dedica-se a produção e comercialização de mosaicos decorativos que a empresa vende no mercado a €15 cada m2.

O custo variável unitário de cada m2 de mosaico considera €3 de matérias e materiais directos, 0,2 horas de operário a €15 cada e gastos gerais de fabrico de €1,5. Os gastos fixos de produção e os gastos fixos não fabris somaram €42.800 e €62.200, respectivamente.

Para a empresa obter um resultado de 10% do montante das vendas tem que produzir e vender:

- a) 18.000 unidades.
- b) 17.500 unidades.
- c) 17.000 unidades.
- d) Nenhuma das anteriores.

Qt	Resposta				Tipo: CA (8 →CVR: Análise)
	A	B	C	D	Observações
34		X			Resultado de 10 % vendas => $R = 10\% \times P_v \times Q$
$\text{Custo } m^2 = 3€ + (0,2 \times 15€) + 1,5€ = 7,5€/m^2$ $\text{Custo Fixo} = 42.800€ + 62.200€ = 105.000€$ $R = Q \times (P_v - C_v) - CF \Leftrightarrow 10\% \times P_v \times Q = Q \times (P_v - C_v) - CF$ $0,1 \times 15€ \times Q = Q \times (15€ - 7,5€) - 105.000 \Leftrightarrow 1,5Q = 7,5Q - 105.000 \Leftrightarrow$ $7,5Q - 1,5Q = 105.000 \Leftrightarrow Q = 105.000/6 = \mathbf{17\ 500\ unidades.}$					

Questão 35: A empresa Rações da Beira, SA, fabrica em regime de produção conjunta, a ração Alfa e a ração Beta, obtendo um resíduo SP cuja destruição obriga a empresa a pagar €50/tonelada.

Durante o período N a empresa fabricou 1.200 toneladas de Alfa, 800 toneladas de Beta e 80 toneladas de SP. Para o efeito consumiu 2.600 toneladas de matérias e materiais directos a €80 cada tonelada e gastou com a sua conversão no total de €188.000. No período a empresa vendeu 1.100 toneladas de Alfa a €300 cada e 750 toneladas de Beta a €350 cada.

Admitindo que a empresa reparte os gastos de produção conjuntos com base no valor de venda relativo de cada produto, os custos unitários de produção de Alfa e Beta no período N foram respectivamente:

- a) €187,50 e €218,75.
- b) €188,50 e €217,50.
- c) €185,00 e €217,50.
- d) Nenhuma das anteriores.

Qt	Resposta				Tipo: CA (3.4 → Tratamento da Produção Conjunta)
	A	B	C	D	
					Observações
35	X				O custo destruição de resíduos irá ser adicionado ao Custo conjunto.
$MP = 2600t \times 80€ = 208.000€$ $GC = 188.000€$ $Custos\ Conjuntos = 208.000€ + 188.000€ + (80t \times 50€) = 400.000€.$ <u>Valor das Vendas</u> $Alfa = 1200t \times 300€ = 360.000€.$ $Beta = 800t \times 350€ = 280.000€.$ <u>% para:</u> $Alfa: 360.000/640.000 = 56,25\%$ $Beta: 280.000/640.000 = 43,75\%$ <u>Custos Conjuntos a Repartir</u> $Alfa: 400.000€ \times 0,5625 = 225.000€$ $Beta: 400.000€ \times 0,4375 = 175.000€.$ <u>CIPA Unitário:</u> $Alfa: 225.000€/1200t = 187,5€/t$ $Beta: 175.000€/800t = 218,75€/t$					

Questão 36: Na referida empresa Rações da Beira, SA, existem na organização da fábrica, entre outras, a secção Serviços Gerais e a secção Manutenção, cujos gastos são agrupados em centros de gastos para efeitos de controlo e de cálculo dos custos de produção. Os gastos de Serviços Gerais são repartidos em percentagem dos gastos directos (cabendo a Manutenção 5%), e a Manutenção reparte os gastos em função das horas de mecânico aplicadas.

Em certo período N a Manutenção ao teve de gastos directos €10.400 e a secção Serviços Gerais €46.880. A Manutenção trabalhou 400 horas sendo 35 aplicadas na reparação de um equipamento de Serviços Gerais.

O custo unitário de cada hora de mecânico de Manutenção no período N foi de:

- a) €34.
- b) €32.
- c) €30.
- d) €35.

Qt	Resposta				Tipo: CA (5 → Departamentalização de Gastos)
	A	B	C	D	Observações
36		X			SG → 5% a Mecânica. Manutenção → 35h a SG
<i>M = Mecânica e SG = Serviços Gerais</i> $400M = 10.400€ + 0,05 \times SG \Leftrightarrow 400M = 10.400€ + 0,05 (46.880€ + 35M) \Leftrightarrow$ $SG = 46.880€ + 35 \times M \Leftrightarrow \text{-----} \Leftrightarrow$ $400M - 1,75M = 10.400€ + 2344€ \Leftrightarrow M = 12744€/398,25 = 32€$ $\Leftrightarrow \text{-----} \Leftrightarrow SG = 46.880€ + 35 \times 32€ = 48.000€.$					

Questão 37: Uma empresa fabril do ramo farmacêutico dispõe de uma determinada estrutura de gastos fixos fabris. Com o aumento da quantidade fabricada de medicamentos:

- a) O custo fixo unitário diminui.
- b) O custo variável unitário diminui.
- c) O custo fixo unitário aumenta.
- d) O custo variável unitário aumenta.

Qt	Resposta				Tipo: CA (2 - Os custos)
	A	B	C	D	Observações
37	X				CF – Mais Qt = CFu é menor. Menos Qt = CFu é maior.
<i>Exemplo: A empresa tem custo fixo de 100.000€ e produziu no mês de Fevereiro 1.000 unidades. Então o Custo fixo unitário é 100€/u (100.000€ / 1.000u).</i> <i>No mês de Março produziu 2 000 unidades, então o custo fixo unitário será 50€/u (100.000€ / 2 000u). Então pelo exemplo, podemos ver que o custo fixo unitário diminuiu.</i>					

Questão 38: Certa empresa produz e comercializa o produto Alfa ao preço de €40 por unidade. Em determinado período N o custo variável médio ascende a €26 e a estrutura de gastos fixos totais da empresa soma €990.000. Em face da política da concorrência, a empresa admite como necessária baixar o preço de venda em 10%. Actualmente a empresa produz e vende no mesmo período 80.000 unidades e esta a laborar a 50% da actividade instalada.

Se a empresa baixar o preço de venda, para manter o actual nível de resultados, necessita produzir e vender:

- a) 121.000 unidades.
- b) 125.000 unidades.
- c) 110.000 unidades.
- d) 112.000 unidades.

Qt	Resposta				Tipo: CA (8 →CVR: Análise)
	A	B	C	D	Observações
38				X	$R = Q \times (P_v - C_v) - CF$. $40€ \times 0,9 = 36€$ (redução de 10% P_v). $R = 80.000 \times (40 - 26) - 990.000 = 130.000€$. Agora para manter o resultado de 130.000€, teríamos de produzir e vender: $130.000€ = Q \times (36 - 26) - 990.000 \Leftrightarrow 10Q = 130.000 + 990.000 \Leftrightarrow$ $Q = 1.120.000/10 = 112.000 \text{ unidades}$.

Questão 39: A empresa AAA, Lda. apresentava, no final de Dezembro de 2012, os seguintes elementos patrimoniais passivos:

- ✓ Fornecedores: €50.000 (80% a pagar nos próximos dois meses e os restantes 20% a 15 meses);
- ✓ Sócios: €3.000 (suprimentos a reembolsar em 24 meses);
- ✓ Estado: €500 (IVA a pagar);
- ✓ Empréstimo bancário no valor de €100.000, a amortizar em cinco anuidades iguais de €20.000, vencendo-se a prime ira em Junho de 2013.

O montante de passivo corrente que deve constar do balanço da empresa AAA em 31 de Dezembro de 2012 devera ser:

- a) €70.500.
- b) €73.500.
- c) €60.500.
- d) €63.500.

Qt	Resposta				Tipo: CF (Passivos Correntes)
	A	B	C	D	Observações
39	X				50.000€ + 500€ + 20.000€ = 70.500€ (Passivo Corrente)
✓ Fornecedores entram 50.000€ como passivo corrente, pois são sempre correntes (não importa a data), então os 15 meses no enunciado é só para distracção. ✓ IVA será sempre corrente, então 500€ como passivo corrente, ✓ Os sócios → passivo não corrente, pois é a 24 meses (esta data já interessa). ✓ Do empréstimo bancário, só aquilo que será pago no espaço de 12 meses é que entrará para o passivo corrente. Como irá existir um pagamento em Julho de 2013 (ou seja, a contar da data de 31 de Dezembro de 2012, são 6 meses) de 20.000€ (100.000/5), então este valor será um passivo corrente.					

Questão 40: No mes de Julho de N, a entidade BBB, Lda. adquiriu um equipamento básico par €20.000. O fornecedor cobrou ainda €1.000 relativos a montagem do mesmo. A Gerência estima que no final da vida útil do equipamento (quatro anos} o consiga vender por €200 a uma empresa que se dedica a reciclagem de equipamentos.

A correspondente quantia a figurar no balanço de N+1, sabendo que a empresa optou pelo método da linha recta por duodécimos, devera ser:

- a) €18.375.
- b) €13.200.
- c) €15.750.
- d) €13.125.

Qt	Resposta				Tipo: CF (AFT)
	A	B	C	D	Observações
40		X			
<i>Coisas a ter em atenção:</i> ✓ Houve um custo de montagem de 1.000€, que fará com que o AFT seja reconhecido por 21 000€ (20.000 + 1.000). ✓ Se a empresa espera vender por 200€, então este valor não pode ser objecto de depreciação, então $21.000 - 200 = \underline{20.800€}$ é que poderá ser depreciado. Assim quando o activo estiver totalmente depreciado, estará no balanço pelo valor de 200€. Se a vida útil é de 4 anos e o método é a linha recta, então a depreciação será = 48 meses. Se o equipamento foi comprado em Julho de N e pedem-nos a quantia escritura no Balanço de N+1, então será 18 meses depreciação: Depreciação mensal = $20.800/48m = 433,33€$ Depreciação até Dez N+1 = $433,33€ \times 18m = 7.800€$ Então $21.000€ - 7.800€ = \mathbf{13.200€}$.					

Questão 41: A sociedade CCC, Lda. tem reconhecido, a data de 31 de Dezembro do ano N, €100.000 na rubrica de "Equipamento Básico" relativos a equipamento de ponta.

Entretanto recebeu uma proposta de compra desse equipamento por €100.000, valor que corresponde ao que se obteria numa eventual transacção no mercado destes equipamentos.

Contudo, para realizar a venda teria que se pagar 5% a título de comissão de vendas.

Os fluxos de caixa previstos na exploração deste equipamento são as seguintes:

(Valores em euros)

Rubricas	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5
Recebimentos de Exploração	100.000	90.000	80.000	60.000	
Pagamentos de Exploração	60.000	52.000	45.000	55.000	
Valor Residual					3.000

A taxa de actualização de 10%, na óptica da entidade, reflecte as expectativas de rentabilidade do investimento realizado.

Em 31 de Dezembro do ano N, a empresa Ómega devera reconhecer nas suas contas:

- Uma perda por imparidade de montante inferior a €1.000.
- Nenhuma perda por imparidade.
- Uma perda por imparidade de €5.000.
- Uma perda por imparidade de €9.750.

Qt	Resposta				Tipo: CF (AFT)
	A	B	C	D	Observações
41	X				NCRF 7 §6 (quantia recuperável) e NCRF 12 §4 (valor uso).
<u>Quantia recuperável</u> será a maior, entre o <u>valor de uso</u> e o <u>justo valor</u> (menos custo de vender). Quando sabemos qual dos dois será, então comparamos com a quantia escriturada para percebermos se existe uma perda por imparidade. Neste sentido, vamos trabalhar no valor de uso., pois o quadro existe devido a isso. O que interessa por exemplo no N+1 é 40.000 → 100.000 (recebimento) – 60.000 (pagamento). O mesmo para N+2 e seguintes. → $CF \times 1 + Tx^n$ <u>Valor actualizado</u> = <u>valor de uso</u> = $(40.000 \times 1,1^1) + (38.000 \times 1,1^2) + (35.000 \times 1,1^3) + (5.000 \times 1,1^4) + (3.000 \times 1,1^5) = 99.342,44€$. O <u>justo valor</u> é 95.000 $(100.000 - [100.000 \times 0,05])$. Entre o <u>valor de uso</u> e o <u>JV</u>, o maior é o valor de uso, portanto é com 99.342,44€ que iremos comparar com a <u>Quantia Escriturada</u> e verificar se existe perda por imparidade. Neste caso $100.000 - 99.342,44€ = 657,56€ \rightarrow$ Imparidade. Então a resposta correcta é a a).					

Questão 42: A empresa DOD, Lda. reconheceu como activo intangível os direitos de publicação de todas as obras que o escritor José Publicador escreveu ou venha a escrever nos próximos cinco anos, por 500 mil euros.

A empresa adoptou como política contabilística para o reconhecimento da amortização do contrato o método da linha recta. Estimou que no final da vida útil deste contrato o valor do activo seja zero. A entidade suportou ainda €3.000 com a elaboração dos contratos e €5.000 em dispêndios com actividades de publicidade e promocionais deste autor.

A quantia a evidenciar no balanço referente ao ano em que foi celebrado o referido contrato deveser:

- a) €406.400.
- b) €404.000.
- c) €400.000.
- d) €402.400.

Qt	Resposta				Tipo: CF (AI)
	A	B	C	D	Observações
42				X	→NCRF 6 § 29 al.a). →QE = C.Aq – D.ac
$500.000 + 3.000 = 503.000$ -> O activo será reconhecido por este valor. <i>Amortização anual</i> = $503.000/5 = 100.600€$. Quantia Escriturada = $503.000 - 100.600 = 402.400€$.					

Questão 43: A empresa FFF, Lda. vendeu, em Novembro de N-1, a DEF Lda. diversas mercadorias no valor de €10.000. A factura deveria ser liquidada a 30 dias. Passados vários meses de tentativas de cobrança a DEF continua sem liquidar a factura. Entretanto constata-se que a DEF vai entrar em processo de falência. No final de N a dívida ainda continua por cobrar.

A quantia a evidenciar no balanço da empresa FFF no final do ano N, relativamente a esta dívida, é de:

- a) €10.000.
- b) €7.500.
- c) €0.
- d) €5.000.

Qt	Resposta				Tipo: CF (Dividas a Receber → Imparidades)
	A	B	C	D	Observações
43			X		Porque 0€?
<i>Como a DEF vai entrar em processo de falência, a empresa FFF irá reconhecer uma perda por imparidade no valor de 10.000€, isto porque existe certeza que a dívida não será recuperada (crédito incobrável), então:</i> <i>A conta do cliente c/c será anulada (crédito) por 10.000€ (razão pela qual a quantia é 0).</i> <i>Por contrapartida, (a débito) por 10.000€ uma perda por imparidade (crédito incobrável).</i> <i>O enunciado não é muito claro se fala da conta Clientes c/c, mas sabendo os efeitos no balanço e as opções disponíveis (está dívida), facilmente chegamos a resposta mais correcta.</i>					

Questão 44: No ano de 20(N-1) a sociedade GGG, Lda. celebrou, com a sociedade Alfa, S. A., um contrato de construção sem revisão de preços, tendo a obra sido adjudicada por 5.000 m.€. O contrato previa que a obra se iniciasse com a respectiva assinatura e que estivesse concluída em 20(N+1).

A empresa GGG, Lda. utiliza o método da percentagem de acabamento para a contabilização deste tipo de contratos de longo prazo.

Foi possível obter ainda a seguinte informação (em m. €):

	Gastos acumulados incorridos	Estimativa dos gastos totais da obra
20(N-1)	1.012,5	3.750
20(N)	2.808,0	3.900
20(N+1)	4.085,2	4.000

Sabe-se ainda no final do ano 20(N-1) estavam imputados gastos com materiais par aplicar no montante de 37,5 m.€ e que no final de 20(N) a estimativa de gastos da obra englobava perdas esperadas por reconhecer no valor de 39 m.€.

O rédito reconhecido na demonstração dos resultados de 20(N) da sociedade GGG, Lda. relacionado com o presente contrato e de:

- a) 2.250 m.€.
- b) 3.600 m.€.
- c) 2.350 m.€.
- d) 2.300 m.€.

Qt	Resposta				Tipo: CF (Rédito → Contratos de Construção)
	A	B	C	D	Observações
44			X		% acabamento = Gastos acumulados incorridos / Gastos Totais
<i>Sabemos o PV, então temos de apurar a % de acabamento em cada ano. Só assim é que aplicamos esta % ao Pv estipulado no contrato, para sabermos o rédito a reconhecer em cada ano. Assim:</i> <i>N-1 → temos de ter em atenção aos 37,5 m.€, pois é para retirar, já que efectivamente não foi um gasto. Então ao invés de 1.012,5, será 1.012,5 – 37,5 = 975. Assim:</i> $975/3750 = 0,26 = 26\%$, aplicado sobre o 5.000€ fica → 1.300€ (rédito reconhecido em N-1). <i>N → agora é o contrário. Como existe 39 m.€, a esperada de ser reconhecido, então soma-se 39 m.€ aos 2808 = 2.847. Então:</i> $2847/3900 = 0,73 = 73\%$, aplicado sobre os 5.000 → 3650€ -> como já foi reconhecido 1.300 em N-1, o valor a reconhecer em N será 2350 (3650-1300). <i>A maior dificuldade deste exercício é sabermos o que fazer com os valores apresentados fora do quadro. Neste caso, tínhamos de saber se adicionamos ou subtraímos esses valores aos gastos incorridos.</i>					

Questão 45: A sociedade HHH, S. A. apresentava, em 31.Dez.20(N), resultados antes de impostos no montante de €50.000 a que foram, para efeitos fiscais, acrescidos €20.000 por imputação de imparidades para além dos limites legais definidos no Código do IRC. Essa diferença acabará por reverter no futuro.

Assumindo as taxas de tributação sobre os lucros de 15% e 25% nos anos 20(N) e 20(N+1), respectivamente, e que o saldo inicial das contas "Activo por impostos diferidos" e "Passivo por impostos diferidos" eram nulos, os saldos finais destas contas em 20(N+1) deverão ser:

- a) Activo por imposto diferido: nulo e Passivo por Imposto diferido: €5.000.
- b) Activo por imposto diferido: nulo e Passivo por imposto diferido: €3.000.
- c) Activo por imposto diferido: €5.000 e Passivo por imposto diferido: nulo.
- d) Activo por imposto diferido: €3.000 e Passivo por imposto diferido: nulo.

Qt	Resposta				Tipo: CF (Impostos Diferidos)
	A	B	C	D	Observações
45			X		Ver questão 41 do Exame 2011.02
<i>Se fiscalmente as imparidades registadas na contabilidade não são aceites e portanto acresce ao resultado 20.000€, existirá uma diferença temporária dedutível, o que significa que a empresa irá pagar mais imposto agora, mas depois irá recuperar esse mesmo valor.</i> <i>Isto irá originar um activo por imposto diferido (automaticamente apenas as respostas [c] e [d] poderiam estar correctas). A quantia a apresentar no activo por imposto diferido é $25\% \times 20.000 = 5.000\text{€}$, utilizando-se a taxa do imposto aprovada à data do balanço e que vigorará no decurso dos anos em que é expectável deduzir esse prejuízo.</i>					

Questão 46: António, TOC, constituiu com a mulher, médica, uma sociedade por quotas cujo objecto exclusivo é a prestação de serviços de contabilidade. A sociedade deve:

- Solicitar um parecer a Ordem dos Médicos sobre a eventual incompatibilidade entre a medicina e a prestação de serviços de contabilidade.
- Ter como gerente exclusivo o TOC António para poder prestar serviços de contabilidade e inscrever-se na Ordem.
- Inscriver-se na Ordem como sociedade de profissionais.
- Proceder ao registo do responsável técnico da sociedade de contabilidade

Qt	Resposta				Tipo: MED (5→ Inscrição dos sociedades de TOC)
	A	B	C	D	Observações
46				X	Art.17º-B nº1 EOTOC
<i>Alínea a) não tem nada a ver com a questão. Alínea b) está errada, pois não é preciso que o António seja gerente exclusivo para poderem prestar serviços de contabilidade (podem ser um dos gerentes) e sim, procederem ao registo do responsável técnico, como refere a alínea d) que é a correcta.</i> <i>Alínea c) está incorrecta pois para inscreverem-se como sociedade de profissionais, teriam de ser ambos TOC, o que neste caso não acontece, pois temos uma médica.</i>					

Questão 47: As sociedades profissionais de técnicos oficiais de contas devem ter a natureza jurídica de:

- Sociedades de transparência fiscal.
- Sociedades irregulares.
- Sociedades comerciais ou civis
- Todas as anteriores.

Qt	Resposta				Tipo: MED (5→ Inscrição dos sociedades de TOC...)
	A	B	C	D	Observações
47			X		Art.86º EOTOC

Questão 48: Manuel, TOC, no exercício da sua actividade, verificou que um cliente tem vindo a adoptar práticas de “dumping” na venda dos seus produtos. Perante esta prática, o TOC deve:

- Rescindir o contrato de prestação de serviços com justa causa.
- Alertar o cliente para a ilegalidade da prática de preços abaixo do seu valor de aquisição.
- Denunciar esta prática à Autoridade da Concorrência.
- Denunciar esta prática ao conselho directivo.

Qt	Resposta				Tipo: MED (6.9→ Deveres de informação para com os clientes)
	A	B	C	D	Observações
48		X			Art.8º nº1 e Art.11º a) CDOTOC
<i>Numa situação em que é nos dada várias opções para o comportamento do TOC, o mais acertado é escolher a 1ª acção lógica, caso esteja como opção, ou seja, alertar o cliente sobre a situação. Como neste caso existe, então a b) é a correcta e a alínea a) do 11º do CDOTOC reforça isso.</i>					

Questão 49: A empresa XPTO, Lda contactou o TOC António Silva para analisar a regularidade contabilística e fiscal das suas contas relativas ao exercício de 2012, da responsabilidade de outro colega. O que deve fazer?

- a) Informar o colega das eventuais divergências detectadas.
- b) A realização de auditorias e da exclusiva competência dos ROC.
- c) Recusar-se a prestar aquele serviço porque o TOC não pode pronunciar-se sobre o trabalho de outros colegas.
- d) Solicitar, previamente, a autorização do colega.

Qt	Resposta				Tipo: MED (6.15→ Lealdade entre os TOC)
	A	B	C	D	Observações
49	X				Art.17º nº6 CDOTOC

Questão 50: A TOC Maria Fernandes exerce a sua actividade como trabalhadora independente e esta grávida de seis meses. O que deve fazer para garantir o envio em Maio das declarações fiscais modelo 22 dos seus clientes, atendendo a que o nascimento do seu filho esta previsto para 1 de Maio?

- a) Rescindir, com justa causa, os contratos de prestação de serviços com os clientes.
- b) Verificando que não conseguira enviar as declarações fiscais, deve contratar um TOC que assuma a responsabilidade pelo envio das declarações fiscais.
- c) Informar os clientes da impossibilidade de exercer qualquer actividade durante aquele período, pelo que não se responsabilizara pelos eventuais incumprimentos.
- d) Deve requerer a Ordem o reconhecimento de motivo justificado para recusa de assinatura das declarações fiscais, nos termos do artigo 54º.nº2 do Estatuto da OTOC.

Qt	Resposta				Tipo: MED (4.4→ Deveres para com as entidades - especial)
	A	B	C	D	Observações
50		X			Ver: http://www.otoc.pt/pt/noticias/a-substituicao-temporaria-do-toc/